

# **Ambientalismo: um estudo sobre as identidades das ONGs ambientalistas no Brasil**

## **Environmentalism: a study about the environmentalist NGOs identities in Brazil**

Zeide Lúcia Gusmão Cunha Gomes<sup>1</sup>  
Ricardo Seixas Brites<sup>2</sup>  
Pedro Carneiro Teixeira Cavalcante<sup>3</sup>  
Luiz Fernando Macedo Bessa<sup>4</sup>

### **Resumo**

A pesquisa foi realizada com aplicação de pesquisa estruturada enviada às 46 ONGs selecionadas; realização de pesquisas na Internet, com visitas aos *sites* dessas ONGs e ao banco da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong); aplicação estatística sobre os dados levantados; e realização de entrevista semiestruturada com os diversos atores sociais ligados ao tema. Conclusões: a criação das ONGs está relacionada diretamente com o momento político em que elas estão inseridas; há preferência de localização de suas sedes em grandes centros econômicos e políticos do país; apesar de terem suas sedes nesses grandes centros, atuam em diversas outras regiões; o voluntariado é expressivo nos seus afazeres; a participação em conselhos e fóruns é uma estratégia de fortalecimento dessas organizações; a participação em rede adquire importância crescente como estratégia de fortalecimento; a cooperação internacional é a maior fonte de financiamento; os financiamentos oriundos dos governos federal e estadual também exercem forte influência na composição orçamentária dessas organizações; configura-se estratégica a elaboração de relatórios para a sociedade; faz-se necessária a profissionalização das pessoas que trabalham nas ONGs

---

1 M.Sc.; Gestora de Projetos; E-mail: gzeide@hotmail.com

2 Dr.; Engenheiro Agrimensor; Professor da Universidade Católica de Brasília; E-mail: rbrites@pos.ucb.br

3 M.Sc.; Biólogo; Consultor da Elabore Consultoria Estratégica Em Meio Ambiente; E-mail: ptcavalcante@yahoo.com.br

4 Dr.; Administrador Público; Professor da Universidade Católica de Brasília; E-mail: lbessa@pos.ucb.br

ambientalistas; e faz-se necessária uma maior e melhor veiculação de informações sobre os trabalhos desenvolvidos com as diversas comunidades.

**Palavras-chave:** organização não-governamental ambientalista; ambientalismo; ONGs.

## **Abstract**

The research was accomplished by means of a structured survey that was sent to the 46 non-governmental organizations selected, as well as of InterNet visits to their sites and to the databank of the Brazilian Association of Non-Governmental Organizations (ABONG). A statistical application on the collected data followed, and also a semi-structured interview with various social actors who are connected with the subject. Conclusions: the creation of NGOs is directly related to the political moment in which they are inserted; their headquarters are preferably located in large economical and political centers, although they work in various regions of the country; NGOs bring together an impressive amount of volunteers; the participation in councils and forums is a strategy to empower these organizations; the network participation also becomes increasingly important as an empowerment strategy; international cooperation is the greatest source of financing; the financial contribution from the federal and state governments also plays a major role in the budget composition of these organizations; the elaboration of reports for the society is strategic, too; people who work in environmentalist NGOs need professional training, and a greater and better dissemination of the information about the works developed with the several communities is needed.

**Key words:** environmentalist non-governmental organizations; environmentalism; NGOs.

## **Introdução**

Desde o século XVII existem relatos documentados, levantando preocupações relacionadas com a preservação ambiental na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, segundo Loureiro (2003). Porém, tais posicionamentos não podem ser definidos como um movimento. Especificamente no Brasil, Pádua cita Frei Vicente Salvador

e a sua obra “História do Brasil” como precursores, no sentido de que nesta consta a crítica ao nome de nosso país:

Pois o pau-brasil não era árvore qualquer, mas sim o primeiro elemento da natureza brasileira, possível de ser explorado em larga escala, para benefício do mercantilismo europeu (Frei Vicente, *in* PÁDUA, 1987, apud LOUREIRO, (2003).

A degradação ambiental e o custo social gerados pela maximização do lucro e dos excedentes econômicos deram impulso ao aparecimento de novos atores sociais orientados por valores, direitos e demandas que constroem uma racionalidade ambiental, segundo Leff, 2001.

A perspectiva ambiental incorpora-se ao desenvolvimento econômico, social, político e de respeito aos valores culturais, abrindo canais para a construção de outro estilo de desenvolvimento, o sustentável, no qual essa racionalidade ambiental ganhou forma no movimento ambientalista, com enfrentamento de desafios, perspectivas e amadurecimento da consciência ambiental.

O ambientalismo abre espaço para questionamento do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e educacional dominantes, defendendo a construção de uma nova realidade social, não só com ênfase no uso responsável dos recursos naturais, mas com respeito a grupos étnicos, à diversidade cultural e à saúde e segurança do indivíduo, inserindo-o no contexto onde vive e possibilitando-lhe exercer a sua cidadania.

Para Furriela (2002), há o reconhecimento da existência de um movimento ambientalista no Brasil, portador de um projeto coletivo de mudança da sociedade, que busca a transformação do atual modelo de desenvolvimento, cujo princípio integrador é a busca da sustentabilidade.

Assim, nesse processo de recomposição social, no movimento ambientalista articulam-se as lutas das comunidades indígenas, das organizações camponesas, operárias e populares, com

as causas da classe média urbana, as associações de base e os grupos ecologistas, surgindo novas organizações profissionais, organizações não-governamentais (ONGs), grupos privados e associações civis, segundo Leff (2001).

Nessa expansão do ambientalismo e dentre os diversos atores que buscam o novo paradigma do desenvolvimento sustentável, destacam-se as ONGs, que são tidas como parceiras para um desenvolvimento sustentável e foco de interesse desse trabalho, pois:

[...] desempenham um papel fundamental na modelagem e implementação da democracia participativa. A credibilidade delas repousa sobre o papel responsável e construtivo que desempenham na sociedade. As organizações formais e informais, bem como os movimentos populares, devem ser reconhecidos como parceiros na implementação da Agenda 21. A natureza do papel independente desempenhado pelas organizações não-governamentais exige uma participação genuína; portanto, a independência é um atributo essencial dessas organizações e constitui condição prévia para a participação genuína;

[...] possuem uma variedade de experiência, conhecimento especializado e capacidade firmemente estabelecidos nos campos que serão de particular importância para a implementação e o exame de um desenvolvimento sustentável, ambientalmente saudável e socialmente responsável, tal como previsto em toda a Agenda 21. Portanto, a comunidade das organizações não-governamentais oferece uma rede mundial que deve ser utilizada, capacitada e fortalecida para apoiar os esforços de realização desses objetivos comuns (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS

SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1995, p. 377).

O movimento ambientalista sofreu mudanças na sua forma de atuação em defesa do meio ambiente, seja pelo processo de amadurecimento dos ambientalistas, indo além do idealismo para o profissionalismo, ou pelas mudanças no contexto econômico e político brasileiro.

A necessidade de financiamento para concretização dos trabalhos das ONGs ambientalistas é uma realidade e seus representantes passam a articular-se com o governo, com empresas nacionais ou multinacionais, com bancos e grupos financiadores para captação de recursos financeiros. Assim, as ONGs passam a ser financiadas por essas entidades, inclusive internacionais, o que faz com que Montañó (2002, *apud* LOUREIRO, 2003) chame a atenção de possível prevalência de interesses dessas entidades financiadoras na atuação das ONGs.

Diante desse contexto, este trabalho se propôs analisar a criação e atuação de ONGs ambientalistas, seus modos de operação, infraestrutura, influências externas e fontes de recursos técnicos e financeiros utilizados nos seus projetos ambientais.

### **Metodologia**

Para esta pesquisa foi realizado um estudo com 46 ONGs, sendo que 43 dessas são associadas à Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG).

Foram consultados quatro bancos de dados com cadastro de entidades ambientalistas - o da Abong, o do Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas

(CNEA/CONAMA), o do Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Fboms) e o do Cadastro Nacional de Instituições Ambientistas (Ecolista). O banco de dados da Abong foi o selecionado, pois, entre todos, era o que mais atendia aos interesses deste trabalho, pois possuía, além dos dados cadastrais das ONGs ambientalistas, informações sobre a gestão dessas organizações. O Cnea, em caso específico, serviu para fazer uma comparação com o cadastro da Abong sobre a concentração de ONGs ambientalistas nas regiões brasileiras. Assim, a amostragem das ONGs foi do tipo intencional ou de seleção racional, de acordo com os autores Barros e Lehfeld (2000).

A pesquisa seguiu os seguintes passos:

- levantamento e realização da pesquisa bibliográfica referente à temática;
- realização de pesquisas na Internet, com visitas aos *sites* das 46 ONGs e ao banco da Abong;
- aplicação de pesquisa estruturada enviada por correspondência eletrônica às 46 ONGs selecionadas, solicitando informações sobre os seguintes itens:
  - identificação (nome da entidade; razão social; ano de fundação no Brasil); localização da matriz e filial(ais), se houver; contato); objetivo estatutário ou missão da ONG; região de atuação (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul); campo de atuação (educação, pesquisa, informação, articulação, assistência jurídica, assistencialismo, outros); áreas temáticas (recursos hídricos, fauna, flora, questão indígena, outros); público alvo; quadro

do corpo funcional atual; qualificação do corpo funcional atual (número de doutores, mestres, especialistas, graduados, outros); entidades parceiras (públicas e privadas); fontes de recursos (agências internacionais de cooperação; agências multilaterais e bilaterais; órgãos governamentais – federais, estaduais e municipais; empresas; contribuições associativas e comercialização de produtos e venda de serviços, outras); conselhos, redes e fóruns dos quais participa; número de beneficiários diretos; número de beneficiários indiretos; projetos desenvolvidos em 2003, 2004 e previsão para 2005 (valor em Reais e números de projetos); outras informações (opcionais);

- aplicação estatística sobre os dados levantados;

- realização de entrevista semi-estruturada, com o objetivo de coletar opiniões e impressões de diversos atores sociais ligados ao tema, como das próprias ONGs ambientalistas, empresa privada, academia, organismos internacionais e Ministério Público. Essas entrevistas foram gravadas e possibilitaram o enriquecimento das interpretações deste trabalho.

Os entrevistados - um de cada organização - foram selecionados independentemente do nível hierárquico, desde que tivessem conhecimento e experiência profissional sobre o tema em questão.

### **Análise dos Dados**

Ao considerar o ano de fundação das ONGs, observou-se que ele tem o reflexo direto do momento histórico e político em que o Brasil se encontrava, bem como dos acontecimentos mundiais em torno do tema meio ambiente. Assim,

houve um crescimento dessas ONGs na década de 1980, que não reflete, necessariamente, a criação de grupos para atuação em meio ambiente, mas a formalização desses grupos após o Regime Militar e o amadurecimento do movimento ambientalista. A partir do final do Governo Militar, a redemocratização do Estado Brasileiro, a promulgação da Constituição, em 1988, e a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em 1992, permitiram um maior espaço para a atuação das ONGs e para a ampliação da participação de organizações da sociedade civil nas políticas públicas, o que explica o aumento de fundação das ONGs ambientalistas nas décadas de 1980 e 1990.

Em relação à localização das sedes das ONGs ambientalistas, foi feito um comparativo da amostragem desse trabalho (Tabela 1) com os registros do Cnea (Tabela 2), tendo como resultado uma maior concentração de ONGs na região Sudeste em ambas as pesquisas, o que permite inferir:

- nesta região estão as duas maiores capitais do Brasil - São Paulo e Rio de Janeiro, com PIBs de, respectivamente, R\$ 146.855.265.000,00 e 67.603.614.000,00 (IBGE, 2003), ocupando o 1º e 2º lugares dos PIBs dos municípios do Brasil, e com a população de 10.927.985 e 6.094.183, respectivamente (IBGE, 2005); há uma grande concentração de indústrias que demandam ações ambientalmente adequadas e socialmente justas, estando aí a oportunidade para as ONGs localizadas nesta região exercerem o papel de combatentes, denunciando os impactos que as indústrias podem

**Tabela 1.** Localização das sedes das ONGs ambientalistas por Região

Região	Estado	Total ONGs por Estado	%	Total ONGs por Região	%
Norte	AC	1	2,17	2	4,35
	PA	1	2,17		
Centro-Oeste	DF	3	6,52	6	13,04
	GO	2	4,35		
	MT	1	2,17		
	BA	4	8,70		
Nordeste	CE	3	6,52	17	36,96
	PB	1	2,17		
	PE	6	13,04		
	PI	1	2,17		
	RN	1	2,17		
	SE	1	2,17		
Sudeste	MG	1	2,17	17	36,96
	RJ	8	17,39		
	SP	8	17,39		
Sul	PR	1	2,17	4	8,70
	RS	2	4,35		
	SC	1	2,17		
Total	18	46	100,00	46	100,00

*Fonte: Os autores*

**Tabela 2.** Localização das sedes das entidades ambientalistas do Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas (Cnea)

Região	Total de ONGs por Região	%
Norte	35	6,76
Centro-Oeste	60	11,58
Nordeste	109	21,04
Sudeste	210	40,54
Sul	104	20,08
Total	518	100,00

*Fonte: Os autores*

causar ao meio socioambiental, ou desenvolverem projetos específicos e, até mesmo, de parceria com o objetivo de minimizar os impactos da atuação dessas indústrias; a existência de grandes bolsões de pobreza no Sudeste, locais com carências básicas e alto índice de violência urbana, ambiente também propício para a atuação das ONGs; maior facilidade de acesso a recursos (financeiros e não financeiros) pelas

ONGs, seja em agências de cooperação, empresas privadas ou governos estaduais e municipais; maior facilidade no acesso a estudos científicos de interesse das organizações não governamentais, pela produção acadêmica de instituições de pesquisa da região; influência política e econômica, principalmente de São Paulo; e maior facilidade de deslocamento, pela sua própria localização geográfica que fica próxima de todas as outras regiões.

Quanto à região Nordeste, esta também mostrou um alto índice de sedes em ambas as pesquisas. Uma das causas prováveis é que essa região é de grande desigualdade social e carências básicas acentuadas, que demandam a presença de organizações não governamentais e desenvolvimento de projetos que minimizem os problemas socioambientais existentes. Outra razão pode ser a localização do polo industrial no estado da Bahia, já que foi um dos dois estados do Nordeste que mais apresentou sedes instaladas, seguido por Pernambuco e pelo Ceará. Geralmente, nos polos industriais há uma demanda por projetos de desenvolvimento sustentável para minimizar os impactos socioambientais causados pela produção industrial ao meio ambiente e à população que se instala vizinha à fábrica ou ao polo.

Outro fato para a maior concentração das sedes e maior atuação de ONGs no Sudeste e Nordeste é que é no bioma Mata Atlântica que há a maior concentração populacional brasileira, conseqüentemente, onde estão os maiores problemas de impactos, pois esse se encontra, praticamente, destruído.

A região Sul não obteve resultados tão expressivos como as regiões Sudeste e Nordeste na amostragem desta pesquisa, apesar de o Estado do Rio Grande do Sul ter sido o berço do movimento ambientalista na década de 1970, sendo o processo histórico relevante para o surgimento e organização das ONGs no Brasil. Esse resultado sugere que, se o número de amostras fosse maior, seria possível alcançar um resultado um pouco mais alto para a região em questão, pois quando são analisados os dados do Cnea, cujo número de

entidades ambientalistas é bem maior (518 organizações), o Sul tem um resultado mais expressivo, porém continua inferior aos das regiões Sudeste e Nordeste (Tabela 2).

Quanto ao Distrito Federal, apesar de ser o centro político do Brasil e muitas sedes de agências de cooperação e o próprio Governo Federal estarem instalados no DF, apenas três ONGs pesquisadas têm a sua sede no Distrito, equivalendo a aproximadamente 7%. Esse dado não significa que as ONGs não estejam presentes no DF, mas que algumas delas optaram por somente possuir filiais em Brasília.

Já a região Norte, em ambas as pesquisas, continua com a menor porcentagem de localização de ONGs ambientalistas. Infere-se que essa região, apesar dos conflitos socioambientais evidentes, fica distante dos centros políticos e econômicos do Brasil, o que causaria um possível isolamento às organizações. Desse estudo, depreende-se que uma das possíveis estratégias utilizadas pelas ONGs é instalarem as suas sedes nos centros políticos e econômicos do Brasil e as filiais na região Norte (Tabelas 1 e 3), pois, das quinze ONGs com atuação na região Norte, onze têm suas sedes em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal.

Em relação ao âmbito de atuação das ONGs ambientalistas, ou seja, se elas desenvolvem ações/projetos em nível municipal, estadual, regional, nacional ou internacional, infere-se que as que atuam apenas em municípios são, provavelmente, pequenas ONGs fundadas para atender uma demanda específica daquele local, daquela comunidade. Em contraposição estão as ONGs que atuam em nível

**Tabela 3.** Região de atuação das ONGs ambientalistas

Região de atuação	Número de vezes que apareceu	%
Norte	15	17,65
Centro-Oeste	11	12,94
Nordeste	29	34,12
Sudeste	19	22,35
Sul	11	12,94
Dado não encontrado	2	2,35
Total	87	100,00

*Nota: (\*) Respostas múltiplas = 1 ONG pode atuar em 1 ou mais regiões.*

*Fonte: Os autores*

**Tabela 4.** Âmbito de atuação das ONGs ambientalistas

Âmbito de atuação	N.º ONGs	%
Municipal	5	10,87
Internacional	5	10,87
Regional	6	13,04
Nacional	12	26,09
Estadual	18	39,13
Total	46	100,00

*Fonte: Os autores*

internacional e nacional, que precisam de uma maior estrutura, profissionalização de seu quadro e desenvolvimento de projetos de grande porte, geralmente ultrapassando os limites político-geográficos, mas atuando em biomas específicos (Tabela 4).

Quanto ao número de funcionários e voluntários, aproximadamente 89% das ONGs ambientalistas têm funcionários, enquanto 41% têm voluntários. Entretanto, fazendo uma comparação da média de funcionários com a de voluntários, são encontrados dezoito funcionários e dezesseis voluntários para cada ONG. Observa-se que o número de voluntários é quase o mesmo de funcionários - isso infere que o custo fixo para ONGs é de relevante consideração, pois o seu fluxo de caixa depende de fatores externos

na maior parte do tempo, ou seja, de instituições financiadoras, o que gera uma grande flutuação na entrada de recursos financeiros. Outros fatores relevantes são a própria concepção das ONGs, que trabalham com questões que afligem a sociedade e esta se mostra presente como voluntária na operacionalização de suas ações, e que as ONGs especializadas, muitas vezes, se propõe como opção de mercado de trabalho; já as ONGs baseadas em voluntariado realizam um trabalho maior de mobilização e costumam ser mais críticas e ativistas.

A participação em conselhos, redes e fóruns é freqüente entre as ONGs ambientalistas, pois quarenta ONGs (87%) responderam que participam e seis ONGs (13%) não responderam a questão -

ressalta-se que nenhuma delas respondeu que não tem participação. Esse dado demonstra que a articulação, o debate e a representação pública são importantes e priorizados pelas organizações não-governamentais ambientalistas. São nos conselhos municipais, estaduais e federais que elas têm oportunidade de influenciar as políticas públicas. Quanta às redes e fóruns, são locais de debates e trocas de idéias, que fortalecem o entendimento e análise das questões socioambientais e políticas, entre outras, além de se fortalecerem como grupo com o trabalho em rede, pois pode ser comum o obstáculo a ser ultrapassado por elas.

Em relação ao orçamento das ONGs ambientalistas, há um maior número delas com faixas orçamentárias entre R\$100.000,00 e R\$300.000,00, e entre R\$300.000,00 e R\$600.000,00, o que corresponde a nove ONGs em cada uma dessas faixas - aproximadamente 20% para cada. Se as quatro faixas orçamentárias mais representativas forem consideradas, são 29 ONGs, o que corresponde a 63%. Nas faixas menos representativas (até duas ONGs por

faixa) encontram-se apenas 20% dessas organizações (Tabela 5).

Ressalta-se que os dados orçamentários não são encontrados nos *sites* das ONGs e que a maioria dos que foram utilizados aqui, excetuando-se o da ONG que respondeu o questionário, são oriundos da Abong, referentes a 2001, e, portanto, podem não refletir a realidade atual.

Pelos discursos das ONGs, estas se pautam, justamente, pela defesa da transparência e da não continuidade dos processos obscuros, que podem ser encontrados em outros tipos de organizações. As organizações não governamentais, apesar de serem privadas, trabalham com interesses públicos e se os interesses são públicos, a sociedade deve ser informada, inclusive com a possibilidade de avaliação dos resultados. Se não há transparência na prestação de contas, nos resultados alcançados e como e a que custo foram alcançados, como poderá ser medida a real contribuição para a sociedade?

As ONGs não têm que se comparar com empresas privadas com fins lucrativos ou instituições

**Tabela 5.** Faixa orçamentária das ONGs ambientalistas

Faixa orçamentária (R\$)	ONGs	%
até 50.000,00	2	4,35
> 50.000,00 a 100.000,00	2	4,35
>100.000,00 a 300.000,00	9	19,57
> 300.000,00 a 600.000,00	9	19,57
> 600.000,00 a 1.000.000,00	6	13,04
> 1.000.000,00 a 3.000.000,00	5	10,87
> 3.000.000,00 a 5.000.000,00	2	4,35
> 5.000.000,00 a 8.000.000,00	1	2,17
> 8.000.000,00	2	4,35
Não encontrada resposta	8	17,39
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Os autores

governamentais, elas devem ser o que defendem – o ponto de mudança do que se vê hoje. Considera-se que essa é uma mudança de comportamento, de mentalidade, de cultura na condução de uma organização – é uma questão de transparência. Por que só se divulga o que é obrigatório por lei? Não é essa a mentalidade predominante? Será que o medo da concorrência é a explicação? Por que as ONGs ambientalistas, em sua maioria, não apresentam relatórios conclusivos de atividades e financeiros em seus *sites*? Já que a Internet é uma forte ferramenta para uma divulgação universal, por que esses dados não são disponibilizados para quem tem interesse e os procura diretamente? Será que não está se repetindo o que já existe? Será que não passa pela vontade de informar com uma adequada divulgação?

Medidas de transparência só irão facilitar a disponibilidade de recursos financeiros para as próprias ONGs; é um olhar para o futuro, para as expectativas da sociedade e das instituições financiadoras, facilitando o acesso ao dinheiro, bem como contribuindo para melhorar a própria gestão da organização, já que, com dados trabalhados e analisados, esta poderá fazer um melhor planejamento e corrigir os desvios. Assim, as ONGs estarão contribuindo para a sua própria perenidade. Esse é um processo gradual que, se espera, virá com o tempo, quando as ONGs perceberem o que será melhor para a sua competitividade, demonstrando mais claramente a sua postura ética e a consciência com os interesses públicos, com a sociedade.

Segundo a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro (ABONG, s/d),

na prestação de contas, não basta demonstrar o resultado final obtido com o convênio; é necessário demonstrar que todo o valor repassado foi utilizado na consecução daquele resultado. Vale dizer que o dinheiro assim repassado não muda sua natureza por força do convênio; ele é transferido e utilizado pelo executor do convênio, mantida sua natureza de dinheiro público (no sentido de que está destinado a fim público).

Por essa razão, o executor do convênio (no caso uma ONG), é visto como alguém que administra dinheiro público; como tal, está obrigado a prestar contas não só ao ente repassador da verba, como também ao Tribunal de Contas.

Giddens (2001), *apud* Aguiar (2004, p.17), destaca que “Estado e sociedade civil deveriam agir em parceria, cada um para facilitar a ação do outro, mas também para controlá-la”.

Quanto aos dados sobre fontes de financiamento, eles também não foram encontrados nos *sites* das ONGs ambientalistas e foram retirados do *site* da Abong. São dados de 2001 (Tabela 6) e se somam aos dados da única ONG que respondeu o questionário. Assim, é possível haver uma defasagem da atual realidade da origem dos recursos das ONGs ambientalistas pesquisadas. O peso de cada origem de recursos, provavelmente, foi modificado, com crescimento de uns e decréscimo de outras, a depender de estratégias das ONGs, dos governos ou de agências de cooperação internacionais, disponibilizando valores diferenciados para cada ano. Destaca-se que as ONGs procuram diversificar as fontes de recursos para a sua composição orçamentária, não ficando ou evitando ficarem dependentes de apenas uma fonte.

**Tabela 6.** Fontes de financiamento das ONGs ambientalistas

Origem dos recursos	ONGs	%
Cooperação internacional	39	84,78
Comercialização de produtos e vendas de serviços	27	58,70
Órgãos governamentais federais	23	50,00
Outras fontes de financiamento	17	36,96
Órgãos governamentais estaduais	16	34,78
Doações de pessoas jurídicas (brasileiras)	13	28,26
Contribuições associativas	13	28,26
Órgãos governamentais municipais	9	19,57
Agências multilaterais e bilaterais	7	15,22
Não respondeu/ não encontrado	2	4,35
Doações individuais	0	0,00

*Nota: Uma ONG pode ter tido acesso a mais de uma fonte de recursos financeiros.*

*Fonte: Os autores*

Observa-se que os recursos oriundos da cooperação internacional são de grande importância para as ONGs ambientalistas, pois elas nasceram dentro de um contexto de cooperação global, passando a desenvolver projetos locais com financiamento internacional. Essas, como organizações independentes, não fazendo parte de uma instituição maior, não representando partidos políticos, nem segmentos empresariais, serviam aos ideais da cooperação internacional, dando, cada vez mais, prioridade para conseguir verba de agências internacionais de cooperação, tornando-se dependentes de verbas estrangeiras.

A cooperação internacional passou a ser um propósito da Organização das Nações Unidas (ONU) para resolver problemas internacionais, como consta na Carta da ONU, Capítulo I - Propósitos e Princípios:

Conseguir uma cooperação internacional para resolver os

problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

Outras duas fontes de recursos importantes para as ONGs são a “Comercialização de produtos e vendas de serviços” e “Órgãos governamentais federais”, sendo que cada um exige uma estratégia diferente para a captação de recursos. Para a primeira fonte citada é necessária uma ação de mercado, já para a segunda, uma capacitação em elaboração de projetos. Quanto à fonte “Doações individuais”, esta não tem peso para essas organizações, inferindo-se que as ONGs não desenvolvem estratégias para essa captação; a população brasileira não tem o costume de doar dinheiro para o trabalho de ONGs, seja porque ela ainda não reconhece o trabalho dessas organizações, seja porque ela dispõe de poucos recursos, não

priorizando o meio ambiente, ou mesmo porque é uma sociedade empobrecida, estando uma boa parte da nossa população em busca de sua própria sobrevivência.

O não reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas ONGs ambientalistas aparece na pesquisa de opinião pública (2002 entrevistas em 143 municípios do país), realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope Opinião) para a Rede de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (Renctas), no mês de maio de 2005. Nessa pesquisa, apenas 29% tem algum tipo de confiança. Para 57% dos entrevistados, o trabalho desenvolvido pelas ONGs é pouco ou nada confiável. Resultado esse que merece ser analisado por elas, pois mostra a necessidade de aprimoramento dos canais de comunicação das ONGs com a sociedade.

Para as questões relativas ao uso dos recursos e prestação de contas das metas financeiras e físicas, estes também não foram encontrados na Internet, exceto para algumas ONGs com uma estruturação maior, que disponibilizam relatórios anuais de atividades e financeiros, porém sem maiores análises, sem mostrar como a situação aparece antes e depois do desenvolvimento do projeto, as metas alcançadas, a leitura dos impactos causados na comunidade ou ambiente e o uso eficiente do recurso financeiro, entre outras leituras. Esses relatórios disponibilizados nos *sites* das ONGs estão, também, em sua maioria, defasados em, pelo menos, um ano.

Ainda com referência aos relatórios mencionados, os resultados são sempre qualitativos, o que não fornece uma leitura e avaliação crítica dos resultados alcançados, o quanto se gastou para atingir aquele resultado e o que poderia ser feito para tornar mais eficiente o uso daquele

recurso. Os resultados qualitativos são importantes, mas para complementarem os resultados quantitativos, para que os relatórios não pareçam instrumentos de propaganda. Sabe-se que uma adequada gestão de projetos é cada vez mais exigida das instituições e dos profissionais que trabalham com projetos. Mostrar o que fazem com transparência só fortalece o trabalho das ONGs.

Outra questão que é colocada sobre a dependência de recursos financeiros do Governo é quanto à perda da autonomia das ONGs. Em um estudo realizado por Castro e Abramovay (1997) para a Unesco e Unicef sobre as ONGs ambientalistas e de gênero no Brasil, Loureiro (2003), alerta para os riscos de perda de autonomia e de papel crítico dessas organizações quando se tornam executoras de serviços que o aparato estatal não realiza e delega à sociedade civil sob o seu controle e direcionamento político. Drucker (1994) acrescenta que, se uma organização do Terceiro Setor se tornar prisioneira da captação de recursos, apresentará problemas sérios e sofrerá crises de identidade, pois a captação de recursos deve ser uma atividade meio, ao invés de atividade fim, para que a entidade não tenha sua missão subordinada a ela.

Segundo a Abong (2002), entre 1993 e 2000 aumentou o número de ONGs que recebem recursos governamentais nas três esferas federativas (municipal, estadual e federal). Esse crescimento parece ser devido ao esforço dessas organizações para se fazerem visíveis para o governo e para a sociedade, por meio da obtenção de registros e certificados, bem como em processos de articulação, como publicação de manual de fundos públicos e promoção de seminários e debates que ensinam a acessar esses fundos. Acrescenta-se aos

argumentos da Abong, a própria política do governo de disponibilizar recursos públicos para projetos de cunho socioambiental e interesse público.

Muitos estudiosos defendem que o aumento de recursos financeiros oriundos do governo tem também como causa a crise do Estado brasileiro, que, não priorizando o atendimento das carências sociais, mas sim a busca pelo crescimento econômico, passou a repassar recursos financeiros para as ONGs desenvolverem projetos de cunho social e ambiental de interesse público.

Segundo Aguiar (2004), as principais críticas que recaem sobre o Estado é a excessiva burocratização, que dificulta a sua capacidade de prestar serviços sociais e uma melhor utilização dos recursos disponíveis, o que o torna ineficaz e ineficiente.

Em contra ponto, Montaño (2002), acredita que:

o objetivo de retirar o Estado (e o capital) da responsabilidade de intervenção na “questão social” e de transferi-los à esfera do “terceiro setor”, não é por motivos de eficiência (como se as ONGs fossem naturalmente mais eficientes que o Estado), nem apenas por razões econômicas: reduzir os custos necessários para sustentar esta função estatal. O motivo para isto é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão em relação a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto-culpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda-mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades, e por outro, criando, a partir da precarização e focalização (não universalização) da ação social

estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial.

Soczek (2003), apud Aguiar (2004), considera a parceria entre o Estado e a sociedade civil organizada uma oportunidade para o processo de democratização do Estado, por meio da construção de um espaço público que torne efetivo o exercício da cidadania.

Diante de tais questões, e para uma reflexão mais profunda, é oportuna a transcrição do texto abaixo.

Apesar das importantes transformações no pensamento mundial a respeito da crise, uma avaliação geral das tentativas propostas...revela que não tem havido grandes avanços na busca de soluções definitivas, muito menos soluções originais. O receituário continua obedecendo à farmacopéia neoliberal e continua prescrevendo programas de ajuste estrutural, de redução do gasto público, de privatização sem controle social público e de maior abertura em relação ao comércio e aos investimentos estrangeiros. A verdade dos fatos é que...as alternativas de solução da crise que este modelo propõe implicam mudanças ainda marginais nas instituições e regras do sistema econômico e financeiro internacional, enquanto a evolução do debate mundial acerca da crise indica a necessidade de imprimir uma mudança profunda em nossa forma de organização social e de interação com os ciclos da natureza (FÓRUM, 1997, p. 31).

## Conclusões

As organizações não governamentais ambientalistas têm dado significativas contribuições para o fortalecimento do bem coletivo e o enfrentamento das demandas

socioambientais, que justificam a sua importância, tais como:

- desenvolvem trabalhos inseridos nas necessidades locais, levando em consideração projetos e ações ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; provêm bens coletivos; promovem o respeito à diferença, liberdade e diversidade; fortalecem os movimentos sociais democráticos; têm capacidade de chamar a atenção pública para problemas ambientais e sociais; guardam proximidade com a comunidade beneficiária dos serviços; podem partilhar com o Estado a formulação e implementação de políticas públicas.

Com tais contribuições e diante dos resultados encontrados nesta pesquisa, conclui-se que a criação das ONGs está relacionada diretamente com o momento histórico e político que elas estão inseridas; há preferência de localização de suas sedes em grandes centros econômicos e políticos do país. Considerando que elas não têm orçamento próprio, essa é uma estratégia de captação de recursos para o seu financiamento; essas organizações têm suas sedes nos centros econômicos e políticos do país, mas atuam em diversas outras regiões; o voluntariado não se faz presente em quase metade dessas organizações, mas é expressivo o número de voluntários. É visível a importância desses voluntários nos afazeres das ONGs, já que manter baixo o seu custo fixo é de relevante importância, pois do contrário, ficariam na dependência de recursos financeiros oriundos de fontes externas. Acrescenta-se a participação político-ideológica em busca de um desenvolvimento sustentável, trabalhando a diversidade e considerando valores como justiça, cidadania, equidade social, democracia e equilíbrio ambiental;

a participação das ONGs em conselhos e fóruns, como uma estratégia de fortalecimento dessas organizações, é bastante expressiva, demonstrando a importância de sua articulação com os diversos atores da sociedade: comunidade, governo, empresas privadas. Quanto à sua participação em rede, que adquire importância crescente, reforça a colaboração e a união de forças como instrumentos para a resolução de problemas, demandando articulação e solidariedade com compromisso coletivo. Igualmente, sendo ativas nessas participações, as ONGs possibilitam maior troca de informações e experiências, ampliação de contatos, divisão de tarefas, ampliação de recursos (financeiros, políticos e humanos) para o desenvolvimento de projetos, maior alcance das iniciativas, maior influência e capacidade de pressão às três esferas governamentais, organismos internacionais, empresas privadas e agências bi e multilaterais e, ainda, maior divulgação do trabalho desenvolvido; a cooperação internacional é a maior fonte de financiamento das ONGs ambientalistas, apesar da tentativa de não dependerem exclusivamente de uma única fonte. Os financiamentos oriundos dos governos federal e estadual também exercem forte influência na composição orçamentária dessas organizações, o que torna, muitas delas, dependentes do poder público para desenvolverem suas atividades.

Com a crescente importância das ONGs ambientalistas na sociedade atual, aumenta a pressão sobre elas, seja pela sociedade em si, pelo governo ou pelas empresas privadas. Assim, faz-se necessária a busca de credibilidade perante esses diversos atores e,

conseqüentemente, aumenta a necessidade de suporte técnico-científico e gerencial para demonstração e sustentação de seus argumentos e feitos coletivos. Configura-se interessante a elaboração de relatórios com prestação de contas e informações mais detalhadas para a sociedade sobre os impactos gerados, o que trará maior transparência às ações realizadas, seja estipulando indicadores adequados ou desenvolvendo metodologias necessárias a essa adequação. O maior detalhamento trará maior e melhor acompanhamento das ações desenvolvidas e avaliação dos avanços e pontos que necessitam melhorias e reformulações, possibilitando a solução de desvios e problemas. Os indicadores e metodologias de avaliação devem ser elaborados a partir das necessidades da entidade gestora e financiadora, tornando o projeto mais transparente e permitindo que o seu resultado seja utilizado como um balizador para reformular as políticas públicas quando houver entendimento da necessidade.

Outro ponto chave é a exigência, cada vez maior, da profissionalização das pessoas que trabalham nas ONGs ambientalistas, seja para o suporte administrativo, técnico, gerencial e de captação de recursos através da elaboração de projetos nos modelos exigidos pelas agências de fomento, o que possibilitará maior sustentabilidade à organização.

No atual momento, as ONGs passam por uma (re)construção de

identidade e outra consideração a fazer é a necessidade de uma maior e melhor veiculação de informações sobre os seus trabalhos desenvolvidos com as diversas comunidades, devendo ser utilizadas mídias diversas. Isso, provavelmente, trará uma melhor percepção para a sociedade, tanto dos problemas socioambientais, como da importância do papel dessas organizações ambientalistas, pois essas informações viriam com uma visão mais apurada de quem trabalha cotidianamente com problemas socioambientais.

As ONGs ambientalistas têm agenda complexa neste Século XXI. Por um lado, de fortalecerem a concepção de desenvolvimento sustentável, sendo consideradas a justiça social, o exercício da cidadania, a equidade social, a democracia plena e o equilíbrio ambiental; por outro, de serem reconhecidas como atores estratégicos para tal desenvolvimento e agentes transformadores da sociedade. Herbert de Souza, o Betinho, acreditava que

uma ONG se define por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia – liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. [...] As ONGs são comitês da cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonham (ABONG, s/d, p.3).

## Referências

AGUIAR, A. B. de. *Relação entre estruturas organizacionais e indicadores de desempenho das organizações não-governamentais do Estado de São Paulo*. 2004. 175f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS - ABONG. Ação das ONGs no Brasil: perguntas e resposta. S/d.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS - ABONG. Uma rede a serviço de um mundo mais justo, solidário e sustentável. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: 13 nov. 2004.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. *Fundamentos de metodologia científica: um guia para iniciação científica*. São Paulo: Mackron, v.1, 2000. 122 p.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1992: Rio de Janeiro). *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento: de acordo com a Resolução n. 44/228 da Assembléia Geral da ONU, de 22-12-89, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento: a Agenda 21*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. 471 p. (Série Ação Parlamentar, 56).

DRUCKER, P. F. *Administração de organizações sem fins lucrativos*. Princípios e práticas. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1994.

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. *Brasil Século XXI: o caminho da sustentabilidade cinco anos depois da Rio-92*. Rio de Janeiro: Fase, 1997.

FURRIELA, R. B. *Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente*. São Paulo: Annablume - FAPESP, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Perfil político dos Estados Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censos demográficos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. Publicado em: 6 de maio de 2005. Disponível em: <[http://www.ibope.com.br/opiniao\\_publica/downloads/opp028\\_rentas\\_mai05.pdf](http://www.ibope.com.br/opiniao_publica/downloads/opp028_rentas_mai05.pdf)>. Acesso em: 2 ago. 2005.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOUREIRO, C. F. B. *Movimento ambientalista e o pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MONTAÑO, C. E. Políticas Sociais e “Terceiro Setor”: o prometo neoliberal para a atual resposta à “Questão Social”. *I Coloquio Brasil/ Uruguay: questão urbana, políticas sociais e serviço social*. Escola de Serviço Social – UFRJ. Rio de Janeiro, 11 e 12 abr. 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta da ONU*. Capítulo I, Artigo 1, Parágrafo 3. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/doc1.php>>. Acesso em: 3 fev. 2006.